

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
UFMA CAMPUS CODÓ VII (CCCO)
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

MARIA NAYLA ABREU DA SILVA

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA BRASIL NA ESCOLA:

Baseado em relato de experiência na Escola Municipal Lourdes Coelho em
Timbiras-MA

**CODÓ-MA
2023**

MARIA NAYLA ABREU DA SILVA

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA BRASIL NA ESCOLA:

Estudo de caso baseado em relato de experiência na Escola Municipal Lourdes
Coelho em Timbiras-MA

Trabalho de conclusão de curso I em
Pedagogia, Departamento de Pedagogia,
Universidade Federal do Maranhão.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Correa
Duarte

CODÓ-MA

2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Silva, Maria Nayla Abreu da.
AVALIAÇÃO DO PROGRAMA BRASIL NA ESCOLA : Estudo de caso baseado em relatos de experiências na escola municipal Lourdes Coelho em Timbiras - MA / Maria Nayla Abreu da Silva. - 2023.
43 f.

Orientador(a): Samuel Correa Duarte.
Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia,
Universidade Federal do Maranhão, CODÓ, 2023.

1. Alfabetização. 2. Aprendizagem. 3. Educação. 4. Ensino. 5. Programa Brasil na Escola. I. Duarte, Samuel Correa. II. Título.

MARIA NAYLA ABREU DA SILVA

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA BRASIL NA ESCOLA:

estudo de caso baseado em relato de experiência na Escola Municipal Lourdes
Coelho em Timbiras-MA

Trabalho de conclusão de curso em
Pedagogia, Universidade Federal do
Maranhão, Campus VII, Codó.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Correa
Duarte.

Codó-MA, 28 de julho de 2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Samuel Correa Duarte

Orientador

Prof. Dr. Otávio Santos Costa

Examinador

Profa. Ma. Eduarda Kawase

Examinadora

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a participação de todas as pessoas que estiveram presente em minha trajetória acadêmica de perto e, também, os professores da UFMA Campus Codó, que desde início vem nos abrindo novos horizontes. E também não poderia deixar de mencionar que sou bastante grata a mim mesma, por que desde o princípio, nessa jornada acadêmica sempre persistindo mesmo diante dos obstáculos. Gostaria de um deixar um reconhecimento ao meu Orientador Prof. Dr. Samuel Correa Duarte, que desde o primeiro momento teve dedicação e participação incrível no desenvolvimento do meu trabalho. Por fim, grandiosamente saliento que foi um privilégio ter esse envolvimento e laços com os colegas de classe, tivemos muitos compartilhamentos durante todo percurso do curso até aqui. Também gostaria de agradecer à Profa. Dra. Lucinete Fernandes Vila Nova, que viabilizou minha participação no projeto Bolsa Foco Acadêmico, no qual obtive valiosas experiências e aprendizagem. Acima de tudo, ressalto e afirmo que continuarei seguindo a vida acadêmica e apreendendo novos conhecimentos.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 - Desenhos e bilhetes entregue à professora	25
Figura 2 - Leitura de contos	28
Figura 3 - Leitura de contos	28
Figura 4 - Contato com as monossílabas	30
Figura 5 - Formando palavras.....	30
Figura 6 – Caixa literária, pequenos textos	31

RESUMO

O presente trabalho versa sobre a análise geral do Programa Brasil na Escola no Centro de Ensino Lourdes Coelho. A implementação do programa tem com o propósito de fomentar a aprendizagem dos alunos com a elevação de tratar da evasão escolar e distorção, idade-série dos anos finais do ensino fundamental. Esse estudo tem a intenção de realizar uma avaliação geral acerca da adesão, implementação, desafios, resultados e avanços do Programa Brasil na referida escola. O estudo realizado pretende responder aos seguintes questionamentos: quais foram os benefícios do programa para a escola em geral e quais os avanços evidentes no processo de alfabetização do público-alvo? Para responder a esses questionamentos a pesquisa terá uma abordagem principalmente qualitativa, utilizando uma combinação de coletas de dados que circunda entre questionários e análise documental.

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizagem; Programa Brasil na Escola; Educação; Ensino; Alfabetização.

ABSTRACT

This paper is about the general analysis of the Brazil in School program in the Lourdes Coelho Teaching Center. The implementation of the program as the purpose of promoting student learning with the elevation of the school dropout rate and age/grade distortion in the final years of elementary school. This study intends to conduct a general evaluation of the adherence, implementation, challenges, results, and advances of the Brazil Program in that school. The study aims to answer the following questions: what were the benefits of the program for the school in general and what were the evident advances in the literacy process of the target audience? To answer these questions the research will have a mainly qualitative approach, using a combination of data collection that surrounds between questionnaires and document analysis.

Keywords: Learning; Brazil in School Program; Education, Teaching, Literacy

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 METODOLOGIA DA PESQUISA	11
3 O PROGRAMA BRASIL NA ESCOLA, NA PERSPECTIVA DA ALFABETIZAÇÃO	14
3.1 O PBE como alternativa para enfrentamento da desigualdade social no processo de alfabetização	18
3.2 A Alfabetização no processo dos métodos de ensino	20
3.3 O uso de gêneros textuais como método de alfabetização	22
3.4 Propostas de alfabetizar através dos gêneros textuais.....	26
4. PERCURSO DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS	33
4.1 Desenvolvimento da aprendizagem no contexto do Programa Brasil na Escola	35
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40
APÊNDICE: Roteiro para conversas e coleta de informações verbais com os monitores do PBE na Escola	43

1 INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 trouxe transtornos irreparáveis ao mundo, afetando todas as esferas da sociedade, incluindo a educação. As escolas tiveram que, às pressas, estabelecer metodologias de ensino e aprendizagem online e/ou híbridas combinando atividades presenciais e virtuais. Com isso passaram a utilizar algum ambiente remoto de interação, levando os alunos a experimentarem novas situações de aprendizagem, desenvolvimento de habilidades críticas e competências educacionais (OLIVEIRA, 2022).

O retorno às aulas presenciais pós pandemia acentuou a heterogeneidade presente em cada sala de aula, fomentando a intervenção didática durante o processo e não apenas no final do ano letivo, a fim de assegurar o avanço de todos os alunos, sem distinção. Esse avanço supõe um aluno motivado, o que se consegue com as situações de aprendizagem significativas e contextualizadas oferecidas pelo professor. Nesse contexto, a relação professor/aluno deve ser de apoio e parceria.

Além da avaliação contínua e cumulativa dos alunos pelo professor da classe regular, a legislação determinou a realização de recuperação paralela e contínua dos alunos com menor rendimento escolar. Para isso, a escola deveria contemplar em seu projeto pedagógico formas e instrumentos de recuperação contínua e paralela para esses alunos (BELTHER, 2005).

Para além das estratégias de recuperação paralela, medidas governamentais têm sido tomadas para reverter os problemas atribuídos ao sistema educacional, tais como: a implantação dos ciclos e a progressão continuada. O regime de Progressão Continuada, criado em 1996, é um conjunto de orientações incorporado à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei 9394/96, artigo 32, parágrafo segundo) e adotado no Ensino Fundamental pelas escolas da rede pública.

Entendemos que o baixo nível educacional brasileiro está relacionado com um histórico de alta evasão escolar. Apesar de uma grande proporção de crianças entrarem na escola, a taxa de evasão sempre foi muito alta, principalmente entre famílias mais pobres. O regime de ciclos, por meio da progressão continuada entre anos de estudo, pretende diminuir este desestímulo, e manter o aluno na escola (NEVES E BORUCHOVITCH, 2004; FREGONEZE, 2000).

O Programa Brasil na Escola (PBE) parte de princípios em desenvolver as práticas pedagógica com os alunos, portanto, aqueles que foram selecionados para participar. Sendo assim, o reforço escolar ocorre no contra turno das aulas regulares, que evidentemente possa abarca nas atividades complementares curriculares em nível de alavancar o desempenho do alunado e aquisição em sala de aula como: as atividades dadas ao professor e a capacidade de aprender em socialização (CAVALIERE, 2007).

Salienta-se, que a atuação coadjuvante de monitores, na condição de bolsistas, decorreram de processo seletivo feito pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Essa monitoria tem, por sua vez, que desenvolver suas habilidades, competências e compreensão, assim como participantes das atividades desenvolvidas em práticas (MENEZES et al., 2008). Conforme o Ministério da Educação (MEC), no âmbito do PBE, deve-se selecionar aqueles alunos com menor índice de proficiência em leitura e escrita como público-alvo.

Para obtenção de informações, realizou-se pesquisa de campo na Escola Lourdes que se encontra no bairro Travessa das Flores no município de Timbiras-MA, a qual foi contemplada para participar do programa em tela, com o objetivo de avançar no desenvolvimento e competência dos alunos no ensino fundamental II, ou seja, do 6° ao 9° Ano.

De tal forma, vale destacar que esses alunos que se encontram com dificuldade em aprendizagem no âmbito escolar podem ser caracterizados como debaixo nível socioeconômico, o que nos leva pensar que essa é uma das causas que pode influenciar no nível das disparidades do desenvolvimento do aluno. Com isso, a criança apresenta baixo desempenho na função da aprendizagem no processo de alfabetização.

Ressalto que o presente trabalho teve como embasamento o uso de referências bibliográficas e o estudo de caso da pesquisa de campo. Para tanto, o PBE é, como já dito, um programa de Governo Federal, que visa implementar as metas de alfabetização voltadas para a educação de jovens, crianças e adultos, e prover a contribuição para o papel da educação na sociedade.

Mello (1991) aponta que, mesmo com o crescimento da economia, o elevado índice de desigualdade social ainda impacta o desenvolvimento da educação. Sendo

assim, o avanço da economia e dos recursos tecnológicos também resultaram afetaram a desigualdade social, em particular no período da pandemia de Covid-19, o que demandou o papel ativo do governo em todas as suas esferas, com o intuito de garantir o acesso e permanência no sistema escolar.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

No presente estudo, a metodologia da pesquisa escolhida consistiu na análise qualitativa da pesquisa de campo, com suporte de recursos bibliográficos. O instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário, que segundo Gil (1999, p.128), pode ser definido como “a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc”.

Além do questionário, acreditamos ser imprescindível a análise documental: termo que se refere a existência de registros na própria organização, sob a forma de documentos, fichas, relatórios ou arquivos, relevante instrumento para consolidar importantes análises do programa proposto nessa pesquisa (BARBOSA, 1998).

Podemos classificar o presente estudo de caso como um relato de experiência, tendo como referência o ativo envolvimento da pesquisadora com seu objeto de pesquisa. De acordo com Mussi et alli (2021) o relato de experiência, para fins científicos, deve sua importância a algumas características. Primeiro porque permite o registro sistemático de experiências vivenciadas. Segundo porque permite a articulação com os saberes científicos e a produção de uma reflexão crítica acerca da realidade.

O relato de experiência é um tipo de produção de conhecimento, cujo texto trata de uma vivência acadêmica e/ou profissional em um dos pilares da formação universitária (ensino, pesquisa e extensão), cuja característica principal é a descrição da intervenção. Na construção do estudo é relevante conter embasamento científico e reflexão crítica (MUSSI et alli, 2021, pg 65)

O presente relato de experiência, no âmbito da execução do Programa Brasil na Escola (PBE), no Centro de Ensino Lourdes Coelho em Timbiras-MA, levou em conta o diagnóstico das fragilidades do corpo discente daquela escola em termos de alfabetização e a provisão de atividades de reforço escolar para melhoria do aproveitamento do processo de ensino/aprendizagem e o progresso dos alunos atendidos pelo referido programa.

Soares (2004) afirma a pesquisa como aspecto relevante para obtenção dos resultados, tendo como procedimento acerca da realidade efetiva das coisas, visto que, para a autora, a compreensão da pesquisa se caracteriza pela condição que o pesquisador se dá em contato com o ambiente social. Assim afirma também Júnior *et al.* (2020, p.157), “(...)a construção da metodologia de avaliação se dá a partir da pesquisa de campo”.

Diante das narrativas dos sujeitos em sua realidade de vida, o objetivo do pesquisador é captar as percepções e formas de compreensão da realidade envolvente (ANGELUCCI, *et al.*, 2004). Desta forma, como o interesse investigativo do presente trabalho reside na prática da alfabetização, ressaltamos no processo de investigação, a importância da alfabetização frente ao problema do fracasso escolar, cuja causa pode residir na ausência de práticas pedagógicas adequadas à realidade do estudante. Soares (2004) ressalta que, no processo de ensino/aprendizagem, cada estudante se encontra nível sócio emocional que impacta sua inserção na dinâmica escolar e, de igual modo, cada um tem por sua vez, um ritmo diferente de assimilação das informações e procedimentos.

Nesse sentido, Angelucci *et al.* (2004), menciona que a prevalência do fracasso escolar na atualidade encontra raízes nas barreiras existentes entre o mundo da vida do educando e a cultura escolar. Nesse sentido, a alfabetização deve levar em conta o desenvolvimento psicomotor e cognitivo, o capital cultural familiar, cultural, a vulnerabilidade socioeconômica e o tempo determinado que cada indivíduo apresenta no decorrer do seu processo de alfabetização. Desta forma, a escola emerge como reprodutora das relações sociais (BOURDIEU, 1989), as quais precisam ser transformadas para que se tenham repercussões no ambiente escolar.

Angelucci *et al.* (2004) destacam que a relação entre professores e aluno é fundamental para desempenho do ensino no contexto do ensino educacional, pois uma das grandes questões está correlacionada em práticas de ensino que são ofertadas para os estudantes, ressaltando que o ensino parte dos pressupostos de aquisição dos saberes escolares.

Aqui visamos ressaltar a importância de elaborar as práticas pedagógicas vindo do papel do professor enquanto mediador do conhecimento. O presente trabalho implicou a aplicação de questionário e a observação participante junto aos monitores

do PBE na Escola Lourdes Coelho, em Timbiras-MA. Em decorrência desse processo, foi possível destacar, por partes dos monitores, a ausência da falta de práticas pedagógicas vindo dos professores, em contrapartida, em colaborar em uma alternativa para auxiliar na ajuda de métodos aos estudantes que por ventura demandam suporte na área de alfabetização (SOARES, 2004).

Registramos que foi possível obter acesso a dados e relatórios relativos às atividades do PBE na própria Lourdes Coelho ou na Secretaria Municipal de Educação de Timbiras-MA. Dessa forma, optamos por um questionário composto por sete perguntas, o qual foi aplicado com perguntas abertas de forma digitadas via online para os sujeitos de pesquisa, que são monitores do programa.

Portanto, a contribuição para a pesquisa partiu somente da base dos monitores do programa, ou seja, os professores alfabetizadores do PBE. Desse modo vale ressaltar, não obtivemos suporte da gestão escolar para a realização da presente pesquisa. A tipologia utilizada será estudo de caso, que segundo Bresler (2000) é um tipo de análise em que se tenta preservar a especificidade do objeto de estudo.

Para fins de obtenção de informações qualitativas, recorreremos à pesquisa de campo no contexto de processo de alfabetização. Soares (2004) aponta que o processo de construção dos métodos de pesquisa devem ser adequar à realidade que se deseja observar. Por isso optamos pela aplicação de questionário com questões abertas aos monitores, permitindo a livre expressão dos sujeitos de pesquisa, usando sua própria linguagem para expressar sua visão da realidade (GIL, 1999).

Compreende-se, no decorrer do percurso de observação das práticas escolares, como os monitores do PBE atuam na criação de suas metodologias com vistas a favorecer o processo de ensino/aprendizagem. No decurso das observações de campo, pudemos constatar a permanência de alunos com dificuldades na aprendizagem; bem como se notou também, que alguns alunos conseguiram atingir a etapa de passar pelo processo de alfabetização.

3 O PROGRAMA BRASIL NA ESCOLA, NA PERSPECTIVA DE ALFABETIZAÇÃO

Este capítulo aborda a atual perspectiva do Programa Brasil na Escola (PBE), tendo como referência a necessidade de uma posição da gestão pública educacional com relação ao processo de ensino aprendizagem dos estudantes diante do fracasso escolar, que se reflete nos números de abandono escolar (OLIVEIRA, 2022). De acordo com Cruz (2019, p. 7) “a partir de problematizações, para avaliar a política focalizando os princípios que regem o estado, os contextos nos quais as políticas se desenham” é que se estabelecem os parâmetros para a compreensão da agenda educacional na esfera pública, permitindo, assim, avaliar o processo de implementação de políticas públicas e verificar sua pertinência.

Importante registrar que, com a chegada da pandemia de Covid-19, a necessidade de uma ação de governo teve de ser tomada em caráter emergencial, visto que a disseminação da Covid-19 acirrou a desigualdade social, afetando o meio educacional, bem como outras esferas sociais. As escolas tiveram que, às pressas, estabelecer metodologias de ensino e aprendizagem de forma online ou híbrida, passando a utilizar ambientes remotos para a manutenção do processo educacional. O desafio consistia em prover o desenvolvimento de habilidades críticas e competências educacionais que os ciclos da aprendizagem exigem nesse novo contexto (idem, 2022).

Dentre os programas governamentais ¹ voltados para consolidação da alfabetização, especialmente pós-pandemia, destacamos aqui o Programa Brasil na Escola (PBE), o qual foi instituído em 2021 pelo Governo Federal com o objetivo de induzir e fomentar estratégias e inovações para assegurar a permanência, as aprendizagens e a progressão escolar com equidade e na idade adequada de estudantes matriculados no ensino fundamental (BRASIL, 2021).

O Programa visa desenvolver as práticas pedagógicas com os alunos selecionados para atendimento. A principal estratégia consiste no reforço escolar, que

1 Podemos elencar também os Programa Brasil Alfabetizado e Programa Mais Alfabetização, ambos do Governo Federal.

deveria ocorrer no contraturno e abarcar atividades complementares para melhorar o desempenho do alunado e aquisição dos saberes socializados em sala de aula (CAVALIERE, 2007).

No contexto do programa em tela, cada escola tem a responsabilidade atribuída pela SEMED, conforme determinação do MEC, em selecionar aqueles alunos com proficiência de leitura e escrita deficitário frente aos dados derivados do IDEB. Para fins de análise, destacamos no presente trabalho, a Escola Lourdes, que se encontra no bairro Travessa das Flores, no município de Timbiras-MA, dentre as escolas contempladas em participar do programa, visando o desenvolvimento das competências dos alunos no ensino fundamental II, ou seja, do 6º ao 9º Ano. Ressaltamos que, no âmbito do programa, de cada turma da referida escola, foram selecionados 20 alunos com idade de 12 a 17 anos para participar do reforço escolar. As aulas ocorriam quatro vezes na semana, repartindo as turmas conforme a faixa etária de cada estudante.

De acordo com Martinelli (2014), nota-se que as atividades de reforço devem ser planejadas de acordo com o nível de aprendizagem dos estudantes para acolher aqueles que se encontram com baixo nível de leitura e escrita. Belther (2005) destaca que o processo de evasão escolar é recorrente nas escolas, o que demanda à escola prover adequações conforme a realidade de cada aluno, tendo em consideração fatores como a desigualdade social, capital cultural, etc.

A escola deve ser vista como um ambiente de autonomia, no qual o alunado pode desenvolver suas capacidades e habilidades, bem como se engajar em vivências e experiências que contribuam no processo de desenvolvimento. Nesse sentido, o PBE tem como objetivo elaborar planos de atividades que possam ser aplicados na prática pedagógica, visando atender, principalmente, alunos em condições de vulnerabilidade social. O objetivo aqui é prover meios para elevar a aprendizagem dos estudantes, reduzindo a repetência e evasão escolar (BRASIL, 2021).

Podemos dizer que o Sistema Educacional consiste num aparato jurídico-institucional vinculado às três esferas governamentais (municipal, estadual e federal) e que tem obrigações e metas estabelecidas com a finalidade de prover o acesso à educação como um direito social, bem como assegurar a manutenção dos educandos

nas instituições escolares. O PBE, enquanto política pública educacional, abarca em sua proposta o aprimoramento das práticas de alfabetização e redução dos índices de reprovação nos anos finais do ensino fundamental II (BRASIL, 2021).

De acordo com Soares (2003, p. 16) “a alfabetização é algo que deveria ser ensinado de forma sistemática, ela não deve ficar de diluída no processo de letramento”. Portanto, o domínio da leitura e escrita é fundamental para o trabalho no ambiente de aprendizagem. Quando as crianças não adquirem o domínio de codificação e decodificação, estão literalmente deixando de aprender os grafemas e fonemas que compõem nosso código de comunicação escrita. Como aponta Luiz e Cerdeira (2017) o contexto da aprendizagem não depende apenas da escola, mas também dos arranjos familiares responsáveis pela socialização das crianças, de modo a direcionar a aprendizagem dos estudantes. Esse contexto torna propício o avanço do sistema educacional, conforme as metas a serem estabelecidas pela gestão pública, com uma visão ampla de futuro para a sociedade.

Soares (2004) destaca o fracasso escolar, derivado de fatores como a falta de investimento para a educação e a infraestrutura presente nas escolas, como um ambiente voltado para adequar as necessidades dos estudantes, bem como a falta de busca ativa dos gestores educacionais para a permanência estudantes no âmbito escolar. Crozatti (2011), releva a importância da busca ativa no contexto de uma política pública educacional focada nos estudantes, como alternativa para combater a evasão e o fracasso escolar. Nesse sentido, para Júnior *et al.* (2020) criar programas de governo na área educacional implica promover um ensino que enfrente as desigualdades sociais.

O motivo da existência do Programa Brasil na Escola reside no alto índice de distorção idade/série nos anos finais do ensino fundamental, com o destaque do aumento da evasão escolar; bem como os Indicadores de aprendizagem insuficiente em Língua Portuguesa e Matemática, conforme aponta o IDEB. Nesse sentido, o governo criou uma estratégia para tratar a defasagem dos estudantes em relação às metas de ensino/aprendizagem.

De acordo com Fernandes (2007), a contribuição da rede de ensino educacional é fundamental para alavancar a aprendizagem dos alunos, mas para isso é preciso combater as desigualdades socioeducacionais, bem como promover o

empenho e engajamento dos estudantes. Para tornar operacionais e efetivas sua agenda, o PBE contempla apoios para execução do programa através de parcerias interinstitucionais, conforme descrito:

Entre os quais se destacam: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES; Conselho Nacional de Secretário da Educação – Consed, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime, Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF e Banco Mundial (BRASIL, 2021).

Gouveia (2009) entende que participação da administração pública em suas três esferas no enfrentamento dos problemas educacionais é fundamental para o avanço das políticas setoriais. Para Mesquita (2012), a participação da Escola como parte constitutiva das políticas públicas é central na promoção da qualidade do ensino. Nesse sentido, as avaliações dos serviços públicos em educação é parte inerente do seu aperfeiçoamento:

A avaliação é utilizada como instrumento a serviço da aprendizagem e não da seleção. Ela regula a prática educativa na sala de aula gerando intervenção diferenciada. Assim, também, devem ser tomados os resultados das avaliações externas, como uma necessidade de se entender o sistema de ensino e contribuir para implantação de políticas que visem sua qualidade e por fim, melhor formação de cidadãos. (MESQUITA, 2012, p. 17).

Do ponto de vista de Mesquita (2012), as avaliações aplicadas no contexto escolar, tal como SAEB, tem por finalidade verificar de forma contínua o nível de aprendizagem, com intuito de melhorar a qualidade do ensino. Menezes *et al.* (2008) aponta que o sistema de avaliação de proficiência do SAEB ocorre através do sistema de avaliação nacional de governo, servindo como meio de diagnóstico da realidade educacional, subsidiando estratégias para ampliar a aprendizagem dos alunos.

Oliveira (2009) entende que as avaliações realizadas pelo governo são revelantes quando levam em consideração também o esforço que muitas escolas são cobradas a realizar no decorrer do ano letivo, visando proporcionar melhores resultados em termos de evolução dos alunos.

Nesse sentido, o desenvolvimento dos estudantes está relacionado com o processo de maturação de sua capacidade cognitiva, aprofundamento das relações socioculturais e tratamento das possíveis vulnerabilidades sociais (DALLAZEN, *et*

al.,2018). Sendo assim, todo processo de aquisição de saberes e competências por parte dos alunos remete às estratégias pedagógicas postas em prática no contexto escolar.

3.1 O PBE como alternativa para enfrentamento da desigualdade social no processo de alfabetização

Sabemos que as relações de poder encontram-se presentes na sociedade, em especial no campo político e na provisão de políticas públicas. Gussi e Oliveira (2017) ressaltam a questão do envolvimento da sociedade civil nas políticas públicas de governo, em especial aquelas voltadas para os processos educativos, pois sabe-se que o investimento público no processo educativo é de suma importância, em particular para uma classe que necessita de suporte para se manter no processo de escolarização.

Júnior *et al.* (2020) afirmam que o foco das políticas públicas deve ser tornar a educação mais efetiva para formação integral do cidadão. Já no ponto de vista, Luiz e Cerdeira (2017), a promoção da educação é responsabilidade compartilhada entre estado, escolas e sociedade civil com o intuito de abraçar a diversidade cultural e combater a desigualdade social.

Para Fernandes (2007) a rede de ensino pública é superficial na provisão de aprendizagem dos estudantes, em especial aqueles em situação de vulnerabilidade social. Sendo assim, é necessário propor melhoramentos para a educação com vistas a enfrentar os problemas de evasão, repetência e deficit de aprendizagem.

De acordo com Silva (2019), os programas de governos e políticas públicas, na perspectiva participativa, ensejam o engajamento da população na melhoria dos serviços prestados. Nesse sentido, uma das finalidades das políticas pública no campo educacional é garantir igualdade acesso e qualidade na aprendizagem dos estudantes.

A seguir, apresentamos o Programa Brasil na Escola, como estratégia de política pública educacional focada na melhoria dos indicadores de alfabetização. Ball (2001) compreende que o PBE, como política de governo, aponta para o desenvolvimento de metodologias pedagógicas aplicáveis à realidade de alunos com

dificuldades de aprendizagem, com vistas a elevar os resultados obtidos no processo escolar.

Observa-se que o programa PBE prevê a ação integrada das partes envolvidas na sua execução: o governo em suas três esferas, federal, estadual e municipal, bem como a equipe escolar, que deve ser protagonista na implementação das ações. Cabe ressaltar, que o PBE manteve a seleção feita pela SEMED, segundo critérios elaborados pelo MEC, de voluntários bolsistas para atuarem no aprimoramento da habilidade de leitura e promoção da alfabetização dos alunos que apresentam a falta de domínio na leitura e escrita (BRASIL, 2021). Pois não se pode pensar em alfabetização se não pensar em políticas envolvidas na educação como aponta, (SILVA, 2019).

No campo de estudos sobre a alfabetização, é possível perceber como esse fenômeno é bastante pesquisado, em virtude da sua complexidade e do comprovado fracasso da escola brasileira em alfabetização. Há década persistente a preocupação com o tema, extremamente problemático. (GOSSI, 2008, p. 29).

Gossi (2008) destaca que, nas avaliações das provas SAEB, percebe-se uma margem significativa de alunos ainda não alfabetizados. Dessa forma, torna-se necessário refletir sobre os resultados das avaliações, tendo em vista o déficit de aprendizagem identificado.

Soares (1998) entende que o indivíduo precisa desenvolver suas habilidades cognitivas para se tornar alfabetizados. Isso é de suma importância numa cultura letrada, pois a especificidade da alfabetização reside em permitir ao educando se apropriar dos meios comunicacionais que permeiam a vida em sociedade. Dessa forma, Soares (2004, p. 97) afirma que “alfabetização não é apenas aprender a ler e escrever, alfabetizar é muito mais que apenas ensinar a codificar e decodificar e outras semelhantes”. Ainda Soares (1998), coloca a perspectiva de que o aluno só se torna independente quando atinge a capacidade de saber ler e escrever.

As pessoas se alfabetizam, aprendem a ler e a escrever, mas não necessariamente incorporam a prática da leitura e da escrita, não necessariamente adquirem competência para usar a leitura e a escrita, para envolver-se com as práticas sociais de escrita: não leem livros, jornais, revistas, não sabem redigir um ofício, um requerimento, uma declaração não sabe preencher um formulário, sentem a dificuldade para escrever um simples telegrama, uma carta, não conseguem encontrar informações num

catálogo telefônico, num contrato de trabalho, numa bula de remédio... (SOARES, 1998, p. 6).

O conceito de ler e escrever aponta para a habilidade de decodificar as sílabas, dominar construções frasais etc; enquanto o letramento implica desenvolver textos escritos, cartas e fazer o uso da interpretação de textos e contextos presentes nas diferentes formas de comunicação. Para Silva (2019), o desafio que o corpo docente encontra na construção dos pilares na alfabetização, consiste nos métodos a utilizar para alfabetizar os alunos. Nesse mesmo sentido, Mortatti (2006, p. 6) afirma que os métodos de ensino, desde décadas passadas, foram modificados, dando origem a novas formas de alfabetizar os indivíduos.

O ensino da leitura envolve necessariamente uma questão de método, ou seja, enfatiza-se o como ensinar metodicamente, relacionado com o que ensina; o ensino da leitura e escrita é tratado, então, como uma questão de ordem didática subordinada as questões de ordem linguística (da época).

De acordo com Soares (1998), pode-se afirmar, que a questão maior se encontra diante dos aspectos presentes no analfabetismo, que é a incapacidade de jovens e adultos de ler e escrever. Nessa ótica, o papel de alfabetização é central para o combate à exclusão social, posto que vivemos num mundo mediado pela palavra, tanto oral quanto escrita.

3.2 A Alfabetização no processo dos métodos de ensino

Adentrando no processo de alfabetização, desde princípio, o PBE esteve voltado para a promoção de aprimoramentos das práticas pedagógicas. A preocupação com a alfabetização no contexto da redemocratização implicou rever os métodos tradicionais/mecanicista em benefício de métodos que partem da progressão do ensino a partir da realidade e mundo da vida do educando.

Mortatti (2006, p.1) aponta que o debate sobre métodos, técnicas e políticas de alfabetização no Brasil tem uma longa trajetória:

Há mais de duas décadas, a respeito da história do ensino de língua e literatura no Brasil e, em particular, a respeito do ensino da leitura e escrita na fase inicial de escolarização de crianças, ou alfabetização de crianças, como esse processo passou a ser denominado, entre nós, a partir do início

do século XX. Em nossos pais, a história da alfabetização tem sua fase mais visível na história dos métodos de alfabetização, em torno dos quais, especialmente desde o final do século XIX, vêm-se gerando tensas disputas relacionadas com antigas e novas explicações para um mesmo problema: a dificuldade de nossas crianças em aprender a ler e a escrever, especialmente na escola pública.

Do ponto de vista operacional, Soares (2004), afirma que, diante dos principais métodos de alfabetizar, tanto sintético quanto analítico, parte do pressuposto que o aluno precisará aprender tanto o domínio da leitura quanto da escrita, com vistas a viabilizar a aquisição do aluno das habilidades de ler e a escrever. Compreende que o método sintético, parte do objetivo de proporcionar ao aluno os estudos do sistema das silábicas, fônico e alfabético. Por sua vez, o sistema do método analítico busca juntamente se aprofundar na parte do letramento, como as frases, interpretação de textos e reconhecimento das letras.

Ainda para Soares (2004) é imprescindível mencionar que a emergência do construtivismo fez com que os profissionais de educação ou educadores trabalhassem numa nova perspectiva, pois essa nova abordagem parte do princípio de que o indivíduo se socializa com e por meio dos objetos de ensino. Conforme Soares (2003, p. 17), diz “havia um método, mas não uma teoria, hoje acontece o contrário: todos têm uma bela teoria construtivista da alfabetização, mas não têm método”, em consequência, a autora indaga que, mesmo com a chegada do construtivismo, a dimensão de alfabetização, o processo de ensino aprendizagem dos estudantes, não pode prescindir da prática em sua relação com a teoria. A autora justifica que os profissionais de educação necessitam que toda teoria pedagógica demanda métodos para sua efetiva aplicação dentro do contexto de sala de aula.

Nesse sentido, o Programa Brasil na Escola, foi pensado como alternativa de ação governamental para consolidar a aprendizagem dos estudantes de forma contínua. Com isso o PBE como políticas de governo estabelecida com intuito de aprofundar no processo de elevação das práticas pedagógicas aplicadas a estudantes com dificuldades de aprendizagem, criando métodos de ensino numa perspectiva multidimensional (BRASIL, 2021).

3.3 O uso de gêneros textuais como método de alfabetização

Soares (1998), ao discorrer sobre métodos e recursos empregados na alfabetização, como livros didáticos; a relação com fonemas e grafemas; as leituras de texto na relação com a proximidade da escrita etc, são forma mais nítidas de ensinar o aluno a codificar e decodificar uma linguagem, considerando o processo de aquisição da leitura e escrita. Então para os estudantes um novo adaptar metodológico de a aquisição no promover da base de conhecer o sistema ortográfico, a recorrerem ainda uma grande dimensão presente na aprendizagem desses estudantes. Sabemos que as dificuldades de leitura e escrita são recorrentes, tendo em vista as desigualdades presentes no âmbito educacional.

Com base na análise prévia, entendemos que os gêneros textuais constituem um sistema favorável para se trabalhar a alfabetização no contexto da sala de aula em seus diferentes aspectos, observando a habilidade e capacidade que o aluno apresenta (BARROS, 2009). Bagno (1999) entende que os contextos dos gêneros literários estão presentes o tempo todo no âmbito escolar, sendo passível de emprego como alternativa de alfabetização. Durante a observação em sala de aula, pudemos verificar o engajamento e participação dos estudantes, atraídos em especial pela ludicidade desenvolvida no seu processo de alfabetização.

Do ponto de vista metodológico, registramos a incorporação das práticas como: o desempenho do aluno, as avaliações, as frequências, produção de cartazes e avaliações como participação. Buscamos tornar a aula mais prática, divertida e atrativa. Notamos que os gêneros têm importantes relações com a realidade social, pois se entende a alfabetização, não só como uma prática de leitura, mas em tornar o individuo protagonista do seu próprio conhecimento (NANCI, 2013).

Com isso, a inserção dos gêneros textuais se dá pela perspectiva de alfabetização diante das relações socioculturais que estes expressam. O quadro a seguir destaca os relatórios de atividades desenvolvidas de forma participativa como propósito em demonstrar as relações de gêneros textuais que foram trabalhadas dentro do contexto de aprendizagem com os estudantes como procedimento de alfabetização.

Quadro 1.
Contexto dos gêneros trabalhados dentro do ambiente escolar

Data	Gênero Textual	Estrutura de Suporte	Domínio	Perspectiva de Atividade
15/03/2023	Acolhida de boas vinda e sondagem Regras de combinados com a turma, dentro do ambiente de aprendizagem Contaço de histórias	Livros de Literatura Cartolina Pinceis de cor Canetas	Ambiente escolar em sala de aula	Convívio em equipe, contato com a oralidade, foco na literatura, e experiências.
16/03/2022	Apresentando o sistema alfabético e ortográfico da escrita, com atividade exposta no quadro.	Materiais expostos como a representação do sistema Papel, cartolina	Sala de aula e interação com o objeto de estudo	A relação fonológica a partir das palavras apresentadas através do sistema ortográfico e fonológico
20/03/2022	Caixinha das palavras Sorteios de pequenos trechos como poemas em rimas	Leitura dos textos exposto Ludicidade Práticas em coletividade Interações	Sala de aula em espaço em amplo	Trabalhando a práticas lúdicas dentro do contexto em sala de aula. E desenvolvendo a interação com os objetos na finalidade do processo de alfabetização.
22/03/2022	Livros didáticos: Imagens impressas similar dos objetos que estava contido no livro como desenhos e etc...	Associação da imagem partindo dos pontos de vista em formação de palavras	Ambiente escolar sala de aula	Convívio com a literatura partindo da associação das imagens na leitura

Continua...

...continuação

Data	Gênero Textual	Estrutura de Suporte	Domínio	Perspectiva de Atividade
25/04/2022	Jogos didáticos (EVA, cola, pincel, lápis de cores, papel chamex 4A, tintas e guache)	Trabalhando as relações das sílabas	Sala de aula	Formando palavras a partir dos sons que a representam
28/04/2022	Leitura de Textos didáticos (Cadernos, lápis, canetas, tesoura)	Elaboração de editados a partir da leitura e a associações dos fonemas e grafemas	Sala de aula	Formando palavras de acordo com a perspectiva
30/04/2022	Contação de história (Desenhos interpretativos)	Interpretar o texto de acordo como que conseguiu entender	Sala de aula	Trabalhando a organização dos aspectos psicomotor do aluno
04/04/2022	Discurso Oral (Ressaltando um pouco e interagindo com os colegas suas experiências do seu cotidiano familiar)	Experiências e vivências familiares	Sala de aula	Convívio com o outro respeitando e empatia

Fonte: a autora (2023)

Pessoas de diferentes faixas etárias compreendem a funcionalidade da escrita na comunicação, no convívio social e na representação social, pois a escrita literária se encontra em diferentes formas, como bilhetes, cartazes, informações visuais, etc. De todas as formas os gêneros textuais estão presentes em vários meios de comunicação.

Com isso, autora respalda a questão do envolvimento da leitura na alfabetização, como acesso às principais formas de comunicação literária. Assim, mais abaixo apresentamos a imagem dos tipos de gêneros literários frequentemente utilizados em sala de aula, como: os desenhos, as escritas, os bilhetes.

A imagem resulta de atividade proposta aos alunos vinculados ao PBE na Escola Lourdes Coelho com o intuito de demonstrar o que mais gostam de fazer em sala de aula. Então a partir da atividade proposta buscamos verificar a aquisição dos

códigos linguísticos através dos gêneros textuais, pela livre expressão dos educandos. Em contrapartida se torna em forma de estímulo para que os alunos desenvolvam suas habilidades e capacidade de escrita, conforme orienta Neves (2011).



Figura 1- Desenhos e bilhetes entregue à professora. Fonte: a autora (2023)

A escrita dos alunos se desenvolve pela prática, de modo que se torna central explorar a escrita articulada com a criatividade, visando dar livre curso às expressões dos educandos e, ao mesmo tempo, aprofundar seu contato com a linguagem e promover a alfabetização. Nesse contexto literário, o conhecimento acerca dos gêneros se encontra presentes no contexto sala de aula como essencial nos livros didáticos, poemas, canções, cartazes e etc.

Nanci (2013, p. 26) afirma que “com os jogos da linguagem, como trava-línguas, adivinhas, parlendas, narrativas e canções, a criança absorve recursos de escrituração, rastro que fica na memória”. A autora destaca que cabe ao aluno adquirir as competências para a leitura, enquanto ao professor cabe atuar como mediador do conhecimento, partindo da oralidade para o sistema codificado, pois aquela está na origem de todas as representações da escrita, de modo que a oralidade pode ser vista como ponto principal para o uso das ferramentas de linguagem diante do sistema da escrita.

Nesse sentido, os PCNs ressaltam como dimensão a aprofundar, o contato do aluno com os gêneros literários, como parte do processo de alfabetização, pois assim

o aluno se envolverá com a socialização literária e isso terá impacto desenvolvimento linguístico.

PCN podemos, depreender três temas-chave: o aluno como sujeito do seu fazer, a língua em uso como objetos de conhecimento e a escola como mediadora do saber. Como vemos mesmo esse texto tendo sido escrito há mais de dez anos, ele ainda reflete as necessidades atuais do ensino da língua. Da língua. Vejamos, se o aluno tem de ser um receptor passivo do conhecimento que a escola veicula. Transferido essa visão para o contexto da língua Portuguesa, para esse sujeito ser um produtor de textos, autor de sua palavra, e um leitor (ou ouvintes) com. (BARROS, 2009, p. 2).

Para ressaltar as perspectivas dos PNCs, coloca-se como meta de aprofundamento que o aluno se envolva com as escritas em língua portuguesa a partir de diferentes objetos literários, como livros, textos didáticos ilustrativos, contos, cartazes etc.

E o conhecimento produzido atualmente sobre alfabetização destaca que é preciso aprender a ler e a escrever fazendo uso das práticas sociais de leituras e escritas, justifica-se então, alfabetizar com gêneros textuais, ou seja, com textos autênticos, lidos e produzidos em um contexto específico de interação. (BARROS, 2009, p. 76).

Bem como afirma a autora, os elementos de conhecimento da escrita e leitura se tornam associáveis na aquisição da ortografia, quando a habilidade de aprender se volta para os meios sociais com todo contexto atribuído, empregando diferentes formas textuais com objetivo de alfabetizar.

3.4 Propostas de alfabetizar através dos gêneros textuais

Soares (1998) ressalta que o processo de alfabetizar exige o compromisso institucional da escola em manter estratégias direcionadas para esse objetivo, atuando os professores como mediadores. Cabe à escola buscar apoio para manter a aprendizagem dos estudantes, assim como o espaço escolar, deve ter um ambiente e recursos que permitam ao aluno manter contato com livros didáticos, revistas e materiais que auxiliem na aquisição da leitura e escrita.

Ainda segundo Soares (1998, p.9):

Termos despertado para o fenômeno do letramento – estar incorporando essa palavra ao nosso vocabulário educacional – significa que já compreendemos que nosso problema não é apenas ensinar a ler e escrever, mais é, também, e, sobretudo, levar os indivíduos – crianças e adultos – a fazer uso da leitura e da escrita, envolver-se em práticas sociais de leitura e de escrita.

Nesse sentido, destacamos que o letramento se constitui no aprofundamento das relações com a linguagem, que por sua vez também é sociocultural. O letramento se decifra nas complexidades das relações culturais. Isso evidencia a necessidade do letramento para o enfrentamento das desigualdade sociais, pois a porta de entrada para o convívio social na modernidade reside no binômio leitura e escrita (BOURDIEU, 1989).

Durante as observações para a produção da pesquisa, pudemos verificar o desenvolvimento das práticas de alfabetização no contexto sala de aula, em que a professora promovia atividades exploratórias da linguagem, podendo-se perceber o interesse dos alunos quando havia contato com as práticas de leitura.

O envolvimento dos alunos com os livros didáticos e as aulas, ocorria em sala de aula bem ampla e confortável. Mas registramos que não se trata de uma sala pensada para a prática de leitura, mas sim um laboratório de informática sem uso corrente. Diante disso, o espaço foi cedido para a professora manter suas aulas até um certo período do programa PBE. Notamos que a escola permanecia com ausência da biblioteca com seu acervo de livros.

É perceptível o quanto o ambiente alfabetizador pode proporcionar ferramentas auxiliares no processo de aprendizagem dos alunos, bem como as práticas de ensino por parte da ação do professor emergem como mediação no contexto da sala de aula. Dessa forma, o aluno desperta o interesse pela interação com leitura no processo de alfabetização. Como aponta Perissé (2017, p. 2):

Desse modo, a literatura precisa ser usada para instigar à vontade pela leitura, porque ela tem o poder de favorecer gozo, entusiasmo e magia quando estudada de maneira expressiva pelo aluno, tem o poder desenvolver a imaginação, os sentimentos, a emoção, a expressão e o movimento por meio de uma aprendizagem prazerosa.

A despeito dos problemas estruturais, a professora (A) conseguiu perceber o quanto os alunos interagem com os demais colegas a respeito dos livros didáticos envolvidos nos contos narrativos e fábulas. A imagem a seguir representa o momento

que os alunos se encontram distraídos, absorvidos pelo mundo literário das aventuras e seres imag

Assim podemos dizer que o envolvimento da literatura no processo de ensino tem por objetivo em instigar o aluno o interesse pela leitura associado com a cultura escrita. Compreende que a intenção da literatura, em particular o segmento infantil, é a capacidade do aluno com a interação em meio sociocultural que está envolvido.

Considerada uma grande auxiliadora durante o processo de alfabetização, a literatura infantil auxilia e facilita o aprendizado, e também desenvolve a imaginação, a criatividade e o prazer por ler. Colocar a literatura infantil no processo de alfabetização e aprendizado das letras tem por significado incluir a criança em um mundo de aprendizado lúdico e com prazer, onde há um maior estímulo ao aprender a ler e escrever, ela permite que a criança vivencie situações, que no cotidiano não é possível. (PERISSÉ, 2017, p. 3).

Desse modo, observa-se a perspectiva dos gêneros literários como tendo capacidade de mensurar o avanço maior no processo de aprendizagem dos estudantes, levando em conta que ainda há uma grande dimensão da falta de livros didáticos voltados para a promoção da aprendizagem dos estudantes nas escolas em geral e em especial nas escolas públicas.

Leite (1993) afirma que o aluno deve se habituar com meios de leitura, entrando em contato com variados textos, para que ocorra o início do desenvolvimento com os gêneros literários. Nesse sentido, a instituição escolar tem, por sua vez, que criar meios e situações para que os estudantes possam desenvolver suas habilidades de leitura e escrita. De acordo com Grossi (2008), o professor deve auxiliar na aprendizagem e alfabetização dos estudantes, despertando no aluno as emoções, entusiasmo, imaginação a partir do contato com o mundo literário.

Em nossas observações, percebemos que a professora apresentava aos alunos uma atividade lúdica, que os envolvesse na parte de estudar as relações entre as sílabas. O objetivo desse tipo de atividade era aprofundar a associação entre as letras (letras cursivas), pois os alunos em questão já tinham conhecimento das letras

de forma. Então, como as dificuldades se estendiam nas relações entre as letras cursivas e a aquisição na escrita.

De essa forma, empregando atividades lúdicas como jogos de sílabas para formar palavras, apresentada a seguir na imagem, a professora visou prover um processo de aquisição da linguagem que fosse intuitiva e pudesse gerar entusiasmo por parte dos alunos no seu envolvimento. Então em um cartaz apresentava as 50 letras, em forma de conjunto de monossílabas em formas ortográficas, a maioria contidas em cursivas, já os demais que não tinha o apropriação das letras cursivas, mas sim com formas de forma.

Souza (2015) ressalta que, para o aluno prosseguir no processo de alfabetização, se torna imprescindível o envolvimento dos alunos com o uso dos livros, visto que para muitos, não é habitual o contato com literatura, seja de qualquer natureza. Notamos nas atividades práticas a satisfação dos estudantes em estabelecer contato com materiais literários, o que aponta um caminho para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita.

Nesse sentido, uma das estratégias utilizadas consistiu na chamada Caixa Literária, com o fito de tornar o ambiente mais lúdico, dinâmico e criativo, gerando afinidades entre o aluno e o objeto de estudo. Outra dinâmica associada foi a Caixa de Palavras, que contém letras com objetivo do aluno formar as palavras.

Registramos a importância de um ambiente alfabetizador que desperte o interesse do aluno na progressão do aprendizado, de modo a articular teoria e prática no processo de alfabetização, propiciando o engajamento, a curiosidade, o entusiasmo no encantamento com a ludicidade.

No decorrer da atividade, foi possível observar não só o interesse dos alunos por parte da atividade, mas também foram capazes de assimilar que as relações das letras podem variar muitas vezes, sendo trocadas de acordo com os fonemas criados. Soares (1998, p. 5) aponta que:

Letramento é muito mais que alfabetização. Ele expressa muito bem como o letramento é um estado, uma condição de quem interage com diferentes gêneros e tipos de leitura e de escritas, com as diferentes funções que a leitura e a escrita desempenham na nossa vida. Enfim: letramento é o estado ou condições de quem se envolve nas numerosas e variadas práticas sociais de leitura e de escritas.

Pelo exposto, constatamos que a noção de alfabetizar implica ao professor um papel muito importante no processo de tornar o indivíduo capaz de aprender a ler e escrever. Diante das relações sociais que se estabelecem no ambiente escolar, o educador deve preparar os indivíduos para se apropriarem dos instrumentos de comunicação, ou seja, serem alfabetizados. Isso implica pensar o planejamento didático, o uso das técnicas de ensinar, etc.

4. PERCURSO DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS

Se o objetivo do PBE é promover a alfabetização no ambiente escolar, através de métodos e técnicas especializadas para essa finalidade, então precisamos destacar o que se entende por letramento. Nesse sentido, podemos dizer que:

É um conjunto de habilidades e comportamentos que se estendem desde simplesmente decodificar sílabas ou palavras até ler Grande Sertão Veredas de Guimarães Rosa... Uma pessoa pode ser capaz de ler um bilhete, ou uma história em quadrinho, e não ser capaz de ler um romance, um editorial de jornal. (SOARES, 1998, p. 6).

Ao promover a alfabetização e o letramento, espera-se superar as barreiras do fracasso escolar, mudando a trajetória dos educandos no rumo do desenvolvimento de habilidades consistentes. Nesse sentido, cabe ao professor atuar como mediador do conhecimento, fazendo prevalecer o saber sobre o erro.

Alguns conhecimentos gerados na sociolinguística, por exemplo, contribuem para que as professoras identifiquem algumas influências na escrita da variedade falada pela criança, podendo resultar em registros diferentes das convenções ortográficas ou gramaticais. (SILVA, 2019, p. 227).

Nesse contexto, observa-se que o aluno, no decorrer de seu processo de codificação e decodificação de palavras e letras, se inicia no contexto da socialização em ambiente familiar, e ganha relevo na escolarização, ambiente no qual o aluno tem suporte profissional para interagir com a linguagem de forma reflexiva e estruturada (SILVA, 2019). De acordo com as relações apresentadas, o aluno perpassa a oralidade da primeira infância e passa a assimilar os códigos escritos que estão na base da aprendizagem em contexto escolar.

Como ponto de vista de Piaget (1972, p.1), “a aprendizagem é provocada por situações – provocada por um experimentador psicológico; ou por um professor, com referência a algum ponto didático; ou por uma situação externa”. Nesse sentido, um processo de aprendizagem, para obter resultados, precisa de ações mediadoras externas. É por isso que o desenvolvimento do conhecimento na criança se organiza a partir interação necessária com a geração adulta, como forma de provisão de saberes, e na convivência com outras crianças, como parte do processo de experimentação.

Soares (2004) compreende que o desenvolvimento da alfabetização, no contexto escolar, implica num percurso formativo elaborado pelo/a professor/a a partir de uma determinada metodologia de ensino. Durante as observações realizadas, notamos que a professora fez uma sondagem participativa com os alunos para, dessa forma, observar a familiaridade de cada um com a alfabetização e nível de letramento.

Dessa forma, diante da sondagem da turma, pôde-se perceber que a relação com o papel da escrita e leitura, apontava para carências sensíveis, em especial nos anos finais do ensino fundamental. Ressalta-se que, no âmbito do PBE, a professora atendia uma turma de 15 alunos, do 6º ao 9º, sendo que a turma se dividia para o reforço no contraturno, para não provocar nenhuma interferência na frequência dos estudantes nas aulas regulares, por isso o reforço funcionava de três vezes na semana em turno matutino.

Afirma Mortatti (2006, p. 13), “a eficácia da alfabetização é uma questão de métodos”. Para um professor alfabetizador é muito preocupante quando se depara com alunos em idade escolar mas ainda não alfabetizados. Sendo assim, se torna relevante a oferta de reforço escolar, voltado para aqueles alunos com graus mais severos de dificuldade em leitura e escrita. Assim os estudantes que se enquadravam nessa perspectiva no contexto estudando eram alunos com idade de 11 a 15 anos. Então a gestão pedagógica da Escola Lourdes Coelho selecionou alunos de cada sala que se encontravam com graus mais elevados no deficit de aprendizagem em termos de linguagem.

Cabe ressaltar que a ação no âmbito do PBE se fundamenta na atuação de bolsistas e graduandos, selecionados pela SEMED, com o intuito de proporcionar aos estudantes, métodos relevantes para realização de uma etapa de alfabetização (ação em prática). Dessa forma podemos destacar, conforme afirma Piaget (1972), que a ação de desenvolvimento nas práticas de ensinar, volta-se primordialmente na perspectiva do professor enquanto alfabetizador.

Piaget (1972, p. 1) aponta:

Para conhecer um objeto é necessário agir sobre ele, Conhecer é modificar, transformar o objeto é construído. Uma operação é, assim, a essência do conhecimento. E uma ação interiorizada que modifica o objeto do conhecimento. Por exemplo, uma operação consistiria na reunião de objetos em uma classe, para construir uma classificação. Ou uma operação

consistiria na ordenação ou colocação de coisas em uma série. Ou uma operação consistiria em contagem ou mensuração.

Em outra dimensão, para Piaget, o objeto que deve estar envolvido na alfabetização destaca o protagonismo do aluno, ou seja, uma ação com o objetivo de promover o conhecimento do aluno deve considerar suas habilidades cognitivas e percurso sócio-histórico. Noutra perspectiva, mais estrutural, Bourdieu (1989) aponta que a desigualdade social afeta as condições educacionais das classes menos desfavorecidas, de modo que a escola precisa se organizar como instituição focada na emancipação dos educandos, através do acesso à cultura, em especial por meio da língua materna e literatura.

Diante do percurso realizado no papel de alfabetização dos alunos do PBE, notamos alguma presença de estudantes que residem na zona rural, e uma maioria que reside na zona urbana do município de Timbiras-MA. Nesse contexto, observamos que, durante as atividades de reforço escolar, os estudantes oriundos da zona rural tinham seu atendimento às aulas comprometido pela agenda do transporte que fazia o traslado destes entre suas residências e a escola. No caso de haver problemas com as vias de acesso ou quebra dos veículos, esses alunos da zona rural podiam levar dias até retornarem à escola, gerando obstáculos no decorrer da aprendizagem dos alunos.

4.1 Desenvolvimento da aprendizagem no contexto do Programa Brasil na Escola

Entendemos que a resolução para o problema da alfabetização implica aprofundar o contato dos alunos com a cultura escolar. Registramos que todos os alunos envolvidos nas ações eram de ensino regular, e que o programa PBE recebia alunos tanto da zona urbana quanto da zona rural.

Podemos destacar, que se buscou identificar as origens sociais de cada aluno para se aproximar deles e conhecer um pouco de sua realidade e prover a conexão desta com a experiência escolar.

Com isso, mediante essas informações, foi possível destacar quais caminhos prosseguir em busca do desenvolvimento destes estudantes. A professora “A” aplicou aos estudantes uma sondagem diagnóstica para analisar qual nível de

desenvolvimento na aprendizagem os alunos apresentavam; em seguida conseguiu notar, que a relação entre ortografia e caligrafia precisava de um tratamento mais cuidadoso. Notamos alunos com dificuldade de escrever seu próprio nome em letra cursiva; alunos que não conseguia associar os sons das letras e/ou por vezes as letras eram trocadas devido a relação dos sons com os fonemas. Dessa forma, a professora “A” propôs aos alunos o estudo das primeiras sílabas, como passo inicial para o desenvolvimento da alfabetização.

Mas levando em conta que a relação social familiar que envolve esses estudantes em geral tem baixo capital cultural, tendo em vista a vulnerabilidade social. Dessa forma, podemos mencionar que muitos pais, devido suas condições financeiras e baixa escolaridade, não conseguem ofertar suporte à aprendizagem escolar dos filhos, exigindo da escola compensar esse deficit.

Com isso, o governo federal fez a implementação do PBE com a finalidade de prover suporte pedagógico a crianças com dificuldade em aprender a ler e manusear o uso da escrita. E assegurar a permanência desses estudantes na escola, em especial em função dos danos sociais decorrentes da pandemia de Covid-19, durante a qual muitos alunos abandonaram os estudos (SOUZA, 2015).

Então, tendo em vista as políticas de governo, a estratégia do Programa Brasil na Escola, foi criada com intuito de despertar nas escolas públicas de ensino regular, visando fomentar a aprendizagem dos alunos. No decurso da pesquisa, foi possível destacar realmente a falta de metodologias desenhadas especificamente para o propósito do programa, levando a uma replicação de ações já conhecidas, numa estratégia de reforço dos processos realizados em sala de aula.

Notamos que a professora envolvida com o projeto na escola estudada, teve como finalidade desenvolver com seus alunos um trabalho focado nas famílias silábicas e na ampliação do repertório vocabular; visando desencadear um processo de leitura, a professora fez uso de textos que contassem com as relações de gêneros textuais, como por exemplo, pequenos trechos dos livros, respeitando o tempo de aprendizagem, para que dessa forma, o aluno pudesse acompanhar o ritmo textual, enquanto outro demais se concentravam no desenvolvimento da decodificação das sílabas e seus fonemas. Nessa dinâmica, a professora “A” notou que alguns alunos conseguiram passar pelo processo de decodificação das sílabas, já aqueles que se

viam com mais dificuldades entraram com os demais no uso de gêneros textuais, recursos didáticos, para assim iniciar o processo de alfabetização.

Na trajetória do percurso de alfabetização é primordial que todo alfabetizador possa prosseguir nessa etapa do desenvolvimento do aluno com o objeto de estudo. Nessa mesma linha, é necessário reconhecer que o processo lúdico envolvido na sala de aula torna o processo de aprendizagem mais atrativo para o aluno.

Diante de uma sociedade letrada, a aquisição do conhecimento em termos de leitura e escrita se torna condição necessária para promover a inclusão social. Grossi (2008, p. 84) ressalta que para potencializar essa vivência escolar na alfabetização, é preciso conhecer a natureza desses processos e as pessoas envolvidas, promovendo a integração do aluno e com o meio escolar e a sociedade por meio do mundo da alfabetização.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resumo desse trabalho, a partir das vivências derivadas da participação no Programa Brasil na Escola, no ambiente da Escola Lourdes Coelho, que fica localizada no Município de Timbiras-MA, a realização do percurso foi significativa para minha trajetória e desenvolvimento em compreensão da realidade educacional.

O objetivo do Programa Brasil na Escola teve por intuito avançar no processo de aprendizagem dos estudantes. Registramos que aqueles estudantes que faziam parte do programa eram os que se encontravam em determinada situação de dificuldades em leitura e escrita. Então a escola via-se com a necessidade de alfabetizar estes estudantes. Com isso, o surgimento do programa em tela teve um papel importante para auxiliar nesse processo.

Então para que ocorresse o processo de alfabetização na rede escolar pública, a secretaria de educação fez a seleção das escolas com maior necessidade em obter esse apoio técnico. A partir disso, foram selecionados monitores pela SEMED para fazer parte da ação pedagógica escolar em alfabetização. No processo no qual a autora deste trabalho também foi selecionada.

Dessa forma, como monitora do PBE teve como objetivo em participar da ação pedagógica na Escola Lourdes Coelho. Como parte da equipe, nosso papel enquanto monitores foram desenvolver métodos de alfabetização para os estudantes. Assim, no decorrer do programa, podemos notar constantemente, que a Escola Lourdes Coelho realmente estava precisando desse apoio vindo dos monitores do programa, pois foi notável observar, em meu ponto de vista, que no decorrer do programa com os alunos selecionados, houve uma grande dificuldade para nós monitores em buscar métodos para alfabetizar estes alunos, já que escola não tinha uma estrutura adequada, como o acesso a materiais auxiliares para subsidiar os trabalhos nessa etapa de envolvimento com os alunos.

Então essas foram umas das dificuldades presentes no decorrer do desenvolvimento do PBE. Em princípio, os participantes Como monitores, tivemos a fundamentação de tarefas com objetivo de buscar estratégias e métodos para auxiliar na aprendizagem dos estudantes, refletindo sobre como trabalhar a questão de

metodologias com o intuito de aprimorar as práticas de alfabetização. Disso emergiram estratégias como: o uso de alguns livros didáticos de leitura que se encontrava na escola, cartolina, tintas guache, lápis de cores, EVA, tesouras, etc – ou seja, material de baixo custo e acessível. Então esses são a parte dos materiais que utilizávamos em sala de aula com finalidade de abranger e aprimorar a formação dos alunos de forma lúdica.

Por outro lado, nós monitores pudemos observar que, com a presença dessa ação continuada na aprendizagem dos estudantes, muitos alunos conseguiram atingir a etapa de alfabetização através dos métodos utilizados em sala aula, com efeito, mais dinâmico e atrativo em termos de socialização.

Sendo assim, ressaltamos a importância dos objetos de estudo em sala de aula serem desenvolvidos de forma lúdica, visto que a dinâmica que o professor buscar para desenvolver com os seus alunos deve se fundamentar em metodologias que auxiliem no processo de aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANGELUCCI, C. B. et al. O estado da arte da pesquisa sobre o fracasso escolar (1991-2002): um estudo introdutório. **Educação e pesquisa**, v. 30, n. 01, p. 51-72, 2004.
- BAGNO, M. **Preconceito lingüístico: o que é, como se faz**. Edições Loyola, 1999.
- BALL, S. J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem fronteiras**, v. 1, n. 2, p. 99-116, 2001.
- BARBOSA, E. F. Instrumentos de coleta de dados em pesquisas educacionais. **Educativa**, out, 1998
- BARROS, E. M. D. de. Gêneros textuais e práticas de letramento: a temporalidade verbal no gênero crítica cinematográfica. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 9, p. 177-200, 2009.
- BELTHER, J. M. Os programas de recuperação paralela e a qualidade da educação em São Paulo. **Olhar de Professor**, v. 8, n. 2, p. 163-177, 2005.
- BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. **Educação em Revista**, n. 10, p. 05-15, 1989.
- BRASIL. **Brasil na Escola: Tempo de aprender**. Secretaria de Educação Básica, v.1. Jun.2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/brasil-na-escola/arquivos/caderno-tecnico-pbe-volume-1-vfinal.pdf> Acesso em: 08 de jun. de 2023
- BRESLER, L. **Metodologias qualitativas de investigação em Educação Musical**. 2000.
- CAVALIERE, A. M. Tempo de escola e qualidade na educação pública. **Educação & Sociedade** [online]. 2007 v. 28, n. 100 [Acessado oito junho 2023], pp. 1015-1035. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300018>>. Epub 29 Out 2007. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300018>.
- CROZATTI, J. et al. O custo ABC e o resultado econômico da escola pública como critério para avaliação de desempenho da gestão da educação: uma consideração sobre o efeito do IDEB no custo e no lucro econômico. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 2011.
- CRUZ, D. M. **Enfoques contra-hegemônicos e pesquisa qualitativa: desafios da avaliação em profundidade em políticas públicas**. 2019.
- DALLAZEN, C. et al. Introdução de alimentos não recomendados no primeiro ano de vida e fatores associados em crianças de baixo nível socioeconômico. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, 2018.
- FERNANDES, R. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): metas intermediárias para a sua trajetória no Brasil, estados, municípios e escolas**. Brasil: INEP/MEC, 2007.
- FREGONEZE, G. B. **Crenças de auto-eficácia de professores em situação de alterações curriculares no ensino médio**. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2000.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999
- GOUVEIA, A. B.; SOUZA, Â. R. de; TAVARES, T. M. "O Ideb e as Políticas Educacionais na Região Metropolitana de Curitiba." **Estudos Em Avaliação Educacional** (Impresso) 20.42 (2009): 45. Web.

- GROSSI, M. E. de A. **A mediação alfabetizadora na produção de leitura e de escrita de gêneros e suportes textuais**: o desafio de alfabetizar na perspectiva do letramento. 2008.
- LEITE, S. A. da S. **Alfabetização escolar**: Repensando uma prática. *Temas em Psicologia*, v. 1, n. 3, p. 85-95, 1993.
- LUIZ, J. S. W.; CERDEIRA, V. A. A. **Fracasso escolar**: possíveis causas e conseqüências. Recuperado em, v. 11, 2017.
- MARTINELLI, S. de C. Um estudo sobre desempenho escolar e motivação de crianças. **Educar em revista**, n. 53, p. 201-216, 2014.
- MELLO, G. N. de. Políticas públicas de educação. **Estudos avançados**, v. 5, p. 7-47, 1991.
- MENEZES, F, N. *et al.*, Avaliando o impacto da progressão continuada nas taxas de rendimento e desempenho escolar do Brasil. **Relatório de Avaliação Econômica**. São Paulo: Fundação Itaú Social. 2008.
- MESQUITA, S. Os resultados do Ideb no cotidiano escolar. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 20, p. 587-606, 2012.
- MORTATTI, M. do R. L. **“História dos métodos de alfabetização no Brasil”**. “In : Conferência proferida durante o Seminário” Alfabetização e letramento em debate”, promovido pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, realizado em Brasília, em. 2006
- MUSSI, R. F. de F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021. DOI: 10.22481/praxisedu.v17i48.9010. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9010>. Acesso em: 23 jul. 2023.
- NANCI, K. A. F. **Narrativas que evocam memórias e subjetividades**: o reposicionamento do trabalho com a literatura de origem oral na alfabetização. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- NEVES, E. R. C; BORUCHOVITCH, E. **A motivação de alunos no contexto da progressão continuada**. *Psicologia: teoria e pesquisa*, v. 20, p. 77-85, 2004.
- NEVES, L. F. Tratamento dos gêneros textuais em um livro didático de alfabetização. *Revista Gatilho*, v. 14, 2011
- OLIVEIRA, A. A. B. de; PERIM, G. L. **Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo**: da reflexão à prática. 2009.
- OLIVEIRA, J. L. C. **Língua portuguesa**: as dificuldades dos alunos dos 9 ano do ensino fundamental da escola pública no processo de aprendizagem pós-pandemia. 2022
- PERISSÉ, G. **Literatura & educação**. Autentica, 2017. <https://amzn.to/2LyxCUF>
- PIAGET, J. Desenvolvimento e aprendizagem. **Studying teaching**, p. 1-8, 1972.
- SILVA, W. R. Polêmica da alfabetização no Brasil de Paulo Freire. **Trabalhos Em Linguística Aplicada**, 58(1), 219–240, 2019. <https://doi.org/10.1590/010318138654598480061>
- SOARES, M. **O que é letramento e alfabetização**. *Letramento: um tema em três gêneros*, v. 2, p. 27-60, 1998.
- _____. A reinvenção da alfabetização. **Presença pedagógica**, v. 9, n. 52, p. 15-21, 2003.
- _____. Alfabetização e letramento: caminhos e descaminhos. **Revista Pátio**, n. 29, 2004. Disponível em:

<http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40142/1/01d16t07.pdf>. Acesso em: Junho/2023.

SOUZA, A. S. B. de et al. Letramento literário na escola: desafios e possibilidades a partir da análise do discurso. 2015.

APÊNDICE

Roteiro para conversas e coleta de informações verbais com os monitores do PBE na Escola.

- 1) Qual dificuldade você conseguiu observar nos alunos no decorrer do Programa Brasil na Escola?
- 2) Quais metodologias foram trabalhadas com os alunos?
- 3) Como você avaliava a aprendizagem dos alunos e através de qual métodos?
- 4) Você chegou alfabetizar alunos que se encontrava com grau de analfabetismo e qual práticas pedagógicas você utilizava?
- 5) Fale um pouco de suas experiências vividas e dificuldades no decorrer do PBE.
- 6) Como você avalia o programa Brasil na escola voltado para contribuir na educação?
- 7) Quis foram os pontos negativos e positivos em vista do PBE?